

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA – DHG
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

ALLISSON FEITOSA LIMA

GEOGRAFIA MILITAR E DEFESA DEMOCRÁTICA: a atuação do 24º BIS nas eleições
de 2024

São Luís – MA
2025

ALLISSON FEITOSA LIMA

GEOGRAFIA MILITAR E DEFESA DEMOCRÁTICA: a atuação do 24º BIS nas
eleições de 2024

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Me. Fabricio Sousa da Silva

São Luís – MA

2025

ALLISSON FEITOSA LIMA

GEOGRAFIA MILITAR E DEFESA DEMOCRÁTICA: a atuação do 24º BIS nas
eleições de 2024

Monografia apresentada ao curso de Geografia
da Universidade Estadual do Maranhão como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciado em Geografia.

Aprovado em: 27 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FABRICIO SOUSA DA SILVA**
Data: 08/09/2025 09:32:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº. Me. Fabricio Sousa da Silva (Orientador)
Doutor em Ciências Ambientais
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE ARILSON XAVIER DE SOUZA**
Data: 09/09/2025 14:31:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº. Dr. José Arilson Xavier de Souza
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)



Profº. Dr. Silas N. Melo
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

São Luís – MA

2025

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me apoiou com amor e incentivo incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos meus pais, ao meu orientador e aos colegas do curso de Geografia pela parceria e apoio ao longo da jornada acadêmica.

“A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo.”

Abraham Lincoln

RESUMO

A presença das Forças Armadas nas eleições brasileiras, especialmente em regiões remotas e socialmente vulneráveis, representa uma dimensão estratégica da geografia militar aplicada à defesa democrática. Em 2024, o 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) atuou de forma decisiva no estado do Maranhão, garantindo a segurança, a logística e a integridade do processo eleitoral em áreas de difícil acesso, historicamente marcadas por exclusão política, conflitos agrários e risco de fraudes. O presente estudo pretende analisar a atuação do 24º BIS nas eleições de 2024 no estado do Maranhão, com foco na garantia da segurança eleitoral e na defesa democrática, considerando as particularidades geográficas da região, a logística das operações militares e a coordenação com outras instituições de segurança pública e a Justiça Eleitoral. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e documental, baseada na análise de diretrizes normativas, portarias, ordens de instrução e documentos oficiais que regulamentam as operações de Garantia da Votação e Apuração (GVA). Além disso, foram considerados dados fornecidos pela Justiça Eleitoral e relatos de campo em áreas atendidas pelo 24º BIS. Os resultados evidenciam que o 24º BIS mobilizou recursos terrestres, fluviais e aéreos para o transporte de urnas e materiais eleitorais, atuando em cooperação com a Polícia Federal, o Tribunal Regional Eleitoral e outros órgãos de segurança. A atuação incluiu patrulhamento preventivo, escoltas armadas, uso de drones e criação de perímetros de segurança. Essas ações não apenas protegeram o processo eleitoral, como também aumentaram a confiança das comunidades locais, especialmente indígenas e quilombolas, no sistema democrático. A análise demonstrou que a atuação do 24º BIS nas eleições de 2024 representa um modelo eficaz de aplicação da geografia militar na promoção da cidadania e da integridade eleitoral. Ao superar os desafios geográficos e logísticos do Maranhão, as ações do Batalhão consolidaram o papel das Forças Armadas como garantidoras da democracia, principalmente em territórios onde o Estado historicamente se faz pouco presente.

Palavras-chave: geografia militar; defesa democrática; operações GVA; Eleições.

ABSTRACT

The presence of the Armed Forces in Brazilian elections, especially in remote and socially vulnerable regions, represents a strategic dimension of military geography applied to democratic defense. In 2024, the 24th Jungle Infantry Battalion (24° BIS) played a decisive role in the state of Maranhão, ensuring the security, logistics, and integrity of the electoral process in hard-to-reach areas, historically marked by political exclusion, agrarian conflicts, and risk of fraud. This study aims to analyze the performance of the 24° BIS in the 2024 elections in Maranhão, focusing on electoral security and democratic defense, considering the region's geographical particularities, the logistics of military operations, and coordination with other public security institutions and Electoral Justice. The research used a qualitative and documentary approach, based on the analysis of normative guidelines, ordinances, instruction orders, and official documents that regulate the Voting and Counting Guarantee operations (GVA). In addition, data provided by the Electoral Justice and field reports in areas served by the 24° BIS were considered. The results show that the 24° BIS mobilized land, river, and air resources for the transport of ballot boxes and electoral materials, acting in cooperation with the Federal Police, the Regional Electoral Court, and other security agencies. The actions included preventive patrols, armed escorts, drone use, and the creation of security perimeters. These actions not only protected the electoral process but also increased the trust of local communities, especially indigenous and quilombola groups, in the democratic system. The analysis demonstrated that the performance of the 24° BIS in the 2024 elections represents an effective model of applying military geography to promote citizenship and electoral integrity.

Keywords: Military geography; Democratic defense; GVA operations; Elections.

LISTA DE SIGLAS

24° BIS	24° Batalhão de Infantaria de Selva
CF	Constituição Federal
CMN	Comando Militar do Norte
GVA	Garantia da Votação e Apuração
PC	Polícia Civil
PF	Polícia Federal
TRE-MA	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
OGVA	Operações de garantia de votação e apuração

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Formatura de saída para Operações de Garantia de Votação e Apuração (OGVA).....	20
Figura 2 –	Municípios do Maranhão nas Operações de Garantia de Votação e Apuração (OGVA).....	24
Figura 3 –	Helicóptero utilizado nas Operações de Garantia de Votação e Apuração (OGVA).....	29
Figura 4 –	Reunião em Humberto de Campos, com Órgãos de Segurança Pública (OSP).....	30
Figura 5 –	Centro de Operações localizado no 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS).....	32
Figura 6 –	Utilização do Power BI pelo Centro de Operações (COp).....	55

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1	Geografia militar e logística de operações em territórios de difícil acesso.....	16
2.2	A defesa democrática e a ação das forças armadas nas eleições.....	18
2.3	Operações de garantia de votação e apuração (OGVA) e o papel das forças armadas nas eleições de 2024.....	24
3	METODOLOGIA.....	24
3.1	Referências Normativas e Regulatórias.....	25
3.2	A Cooperação Interinstitucional entre Forças Armadas e Justiça Eleitoral.....	26
3.3	Instrumentos de Coleta de Dados.....	26
3.4	Análise e Avaliação das Operações.....	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A defesa democrática no Brasil, especialmente durante o período eleitoral, é um aspecto essencial para garantir a segurança das urnas, a proteção do voto popular e a manutenção da ordem pública. Nesse contexto, as Forças Armadas, especialmente o 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS), desempenham um papel fundamental nas Operações de Garantia de Votação e Apuração (OGVA), uma missão que visa assegurar a integridade das eleições em regiões de difícil acesso e em áreas com características geográficas desafiadoras.

Segundo a atuação do 24º BIS no Maranhão, Estado com um vasto território e zonas isoladas, torna-se ainda mais relevante, considerando os desafios impostos pela geografia local, como a densa floresta amazônica e a falta de infraestrutura em muitas áreas.

Portanto, nas eleições de 2024, teve o objetivo de assegurar o processo eleitoral democrático em áreas remotas e de difícil acesso, onde a presença do Estado é limitada e o risco de interferência externa ou fraude pode ser maior. Diante disso, o papel das Forças Armadas no aprimoramento da segurança eleitoral, por meio de intervenções logísticas e operacionais, se torna fundamental para a garantia da ordem democrática.

Tais operações não se limitam apenas à proteção das urnas e ao patrulhamento das seções eleitorais, mas também envolvem a coordenação interinstitucional entre a Justiça Eleitoral, a Polícia Federal (PF), e outras forças de segurança pública para promover um processo eleitoral seguro e eficiente.

A metodologia para analisar a atuação do 24º BIS nas eleições de 2024 no Maranhão baseia-se na análise de documentos normativos, como portarias, diretrizes e ordens de instrução emitidas pelo Comando do Exército e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, serão consideradas as características geográficas do Maranhão, que influenciam diretamente as estratégias de mobilização e segurança implementadas durante o pleito eleitoral. A logística de deslocamento de tropas, o transporte de materiais eleitorais, a preservação da segurança nas zonas eleitorais mais distantes e a cooperatividade interinstitucional serão temas centrais desta análise.

As eleições de 2024 no Maranhão representam um marco importante para o estudo das operações militares em regiões de fronteira e de difícil acesso, evidenciando o papel das Forças Armadas no fortalecimento da democracia e na garantia da integridade do processo eleitoral. Ao longo deste estudo, será explorado como a atuação do 24º BIS,

especializada em operações de selva, contribui para a manutenção da ordem democrática e a segurança das eleições nas regiões mais desafiadoras do estado.

A defesa democrática no Brasil, em particular nas eleições gerais, é um pilar fundamental para a manutenção da ordem constitucional e da integridade do processo eleitoral. O papel das Forças Armadas, especialmente do 24º BIS, nas operações eleitorais, é crucial para garantir a segurança das urnas, a proteção do voto popular e a manutenção da ordem pública em regiões de difícil acesso, como as localizadas no estado do Maranhão. Esse estado, marcado pela sua vasta extensão territorial, com áreas de difícil acesso devido à presença de florestas tropicais, e por um processo logístico desafiador, demanda uma abordagem especializada para garantir que as eleições transcorram de forma democrática e segura (Reis, 2021).

O Maranhão, situado na região nordeste do Brasil, é composto por municípios isolados, que frequentemente enfrentam dificuldades de infraestrutura de transporte, o que pode comprometer o pleno funcionamento do processo eleitoral. Além disso, muitas dessas áreas possuem difícil acesso devido à densa floresta amazônica e estradas vicinais em condições precárias. Esses fatores tornam a atuação de Forças Armadas, como o 24º BIS, essencial para garantir a efetiva presença do Estado nessas regiões e a segurança das eleições (Almeida, 2021).

A Operação GVA, conduzida pelo 24º BIS nas eleições de 2024, tem um papel central para a defesa da democracia, pois assegura que a votação ocorra sem interferências externas, que as urnas sejam transportadas com segurança para as zonas eleitorais isoladas, e que os eleitores possam votar de maneira livre e tranquila, sem o temor de fraudes ou violência política. Essas operações são ainda mais necessárias no contexto das eleições de 2024, um pleito marcado por desafios logísticos, geográficos e sociais que exigem o máximo de coordenação entre as Forças Armadas e a Justiça Eleitoral.

O 24º BIS, especializado em operações de selva, está preparado para enfrentar os desafios impostos pelo terreno e pela infraestrutura deficiente no Maranhão. Seu papel vai além da simples preservação da ordem, abrangendo o apoio logístico, como o transporte de materiais eleitorais e a proteção das urnas durante o processo de votação e apuração. A atuação militar nas zonas de difícil acesso garante a presença do Estado em regiões isoladas, evitando a possibilidade de manipulação eleitoral e assegurando a confiança da população no sistema democrático.

A escolha do Maranhão como foco desta análise se justifica pela sua relevância geopolítica, pela grande diversidade geográfica e pela complexidade das operações militares

necessárias. A experiência adquirida pelo 24º BIS nas eleições anteriores e as perspectivas para as eleições de 2024 oferecem uma oportunidade única para compreender a interação entre a geografia militar, a logística de operações e a defesa democrática em uma das regiões mais desafiadoras do país.

Portanto, a investigação da atuação do 24º BIS nas eleições de 2024 se justifica pelo seu impacto nas eleições do Maranhão, ao garantir que os processos eleitorais se realizem de forma segura, democrática e acessível a todos, independentemente das dificuldades geográficas e logísticas impostas pelas áreas de difícil acesso.

A realização das eleições de 2024 no Maranhão enfrenta desafios significativos, principalmente devido às características geográficas do estado, que incluem territórios de difícil acesso, a presença de áreas de floresta tropical densa, e a falta de infraestrutura básica em muitas regiões. Esses fatores criam um cenário complexo para a garantia da segurança eleitoral e a preservação da ordem democrática, aspectos essenciais para o êxito do processo eleitoral. Nesse contexto, a atuação do 24º BIS se torna imprescindível para a proteção das urnas, a preservação da integridade do voto e a segurança das zonas eleitorais, especialmente em municípios remotos.

O problema central reside em como o 24º BIS, especializado em operações de selva, consegue superar as dificuldades logísticas e geográficas para realizar operações eficazes de Operação GVA em áreas isoladas do Maranhão. As dificuldades incluem o transporte seguro das urnas e materiais eleitorais, a coordenação entre as Forças Armadas, a PF, a Justiça Eleitoral e os órgãos estaduais e a proteção de eleitores em regiões onde o acesso é restrito e onde há risco de fraudes eleitorais ou intimidação. Além disso, é necessário analisar como o 24º BIS adapta suas táticas e estratégias para essas áreas específicas, garantindo a efetividade da sua intervenção sem comprometer a fluidez do processo eleitoral.

Outro desafio reside na mobilização de recursos humanos e materiais, uma vez que o Maranhão possui muitos municípios afastados e de difícil acesso. As condições geográficas do estado exigem a utilização de meios de transporte alternativos, como helicópteros, embarcações e até o uso de trilhas, para garantir que as Forças Armadas consigam se deslocar rapidamente e atuar de forma coordenada durante o período eleitoral. A falta de infraestrutura de comunicação também pode ser um obstáculo para a eficiência das operações, já que em muitas localidades não há sinal de telefonia celular ou internet.

Além disso, o 24º BIS enfrenta o desafio de minimizar os impactos das condições climáticas adversas, como chuvas intensas e inundações, que afetam a logística das operações e a mobilidade das tropas. Tais condições podem prejudicar a distribuição de urnas e

materiais para seções eleitorais em localidades afastadas, comprometendo o tempo de apuração e até mesmo a efetividade da segurança.

Portanto, o problema a ser investigado é: De que maneira a atuação do 24º Batalhão de Infantaria de Selva na Operação de Garantia de Votação e Apuração de 2024 foi influenciada pelas características geográficas da região, e como essa intervenção contribuiu para a defesa democrática durante as eleições? A partir desse questionamento, busca-se compreender como a atuação do 24º BIS contribui para a defesa da democracia e como ele adapta suas estratégias operacionais para atender aos desafios impostos pela geografia do Maranhão.

A hipótese central deste estudo é que a atuação do 24º BIS nas eleições de 2024 no Maranhão, ao utilizar sua especialização em operações em selva e estratégias logísticas adaptadas, contribui significativamente para a garantia da segurança eleitoral e a defesa da democracia. A presença do 24º BIS nas zonas eleitorais remotas e em áreas de difícil acesso no estado do Maranhão tem um papel fundamental na proteção das urnas, prevenção de fraudes eleitorais e na preservação da ordem pública, especialmente nas áreas isoladas, onde a infraestrutura é limitada e a comunicação pode ser precária.

Para desenvolver esta hipótese, considera-se que o 24º BIS, devido à sua experiência e especialização em operações de selva, tem a capacidade de superar as dificuldades logísticas impostas pela geografia do Maranhão, utilizando meios de transporte alternativos (como helicópteros) e realizando o patrulhamento de zonas de difícil acesso. Assim, a atuação militar não só assegura a integridade do processo eleitoral, mas também fortalece a presença do Estado nessas áreas mais remotas, garantindo que as eleições ocorram de forma segura e sem interferências externas.

Além disso, a hipótese considera que o 24º BIS desempenha um papel estratégico não só na proteção física das urnas, mas também na coordenação de ações interinstitucionais, colaborando com a PF, a Justiça Eleitoral e outros órgãos de segurança pública para garantir que o processo eleitoral transcorra com a maior transparência e eficiência possível. Nesse sentido, a atuação do 24º BIS tem o potencial de contribuir para a confiança da população nas eleições e para a mitigação de riscos relacionados a fraudes eleitorais e desordens em áreas de risco.

A hipótese é que a combinação das características geográficas do Maranhão, com áreas isoladas e dificuldade de acesso, e as estratégias logísticas e operacionais empregadas pelo 24º BIS formam um modelo de atuação que é não só eficaz para garantir a segurança das

urnas e o bom andamento da apuração, mas também para reafirmar a defesa democrática no país, assegurando que o voto de cada cidadão seja respeitado, mesmo nas áreas mais remotas.

A presente monografia pretende analisar a atuação do 24º BIS nas eleições de 2024 no estado do Maranhão, com foco na garantia da segurança eleitoral e na defesa democrática, considerando as particularidades geográficas da região, a logística das operações militares e a coordenação com outras instituições de segurança pública e a Justiça Eleitoral.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo sobre a atuação do 24º BIS nas eleições de 2024 no Maranhão, dentro do contexto de geografia militar e defesa democrática, exige uma abordagem que contemple as mudanças recentes nas dinâmicas de segurança eleitoral, os novos desafios logísticos e os avanços nas estratégias defensivas e vigilância eleitoral.

2.1 Geografia militar e logística de operações em territórios de difícil acesso

A geografia militar e a logística de operações em territórios de difícil acesso desempenham um papel fundamental no planejamento e execução de ações militares em áreas remotas e de difícil infraestrutura, como o estado do Maranhão. Com uma geografia diversificada, que inclui vastas regiões de floresta densa, várzeas, manguezais e uma costa extensa, o Maranhão impõe desafios logísticos específicos para a realização de operações de segurança, defesa e apoio ao processo eleitoral, como as Operações GVA, e para a atuação das Forças Armadas em emergências ou de combate a ilícitos (TSE, 2023).

A geografia do Maranhão é caracterizada por uma extensa área rural e de difícil acesso, que inclui regiões isoladas, como as zonas de floresta tropical. Essas áreas remotas dificultam a mobilização de tropas, materiais e equipamentos necessários para missões de segurança e apoio logístico. As condições de infraestrutura nas regiões mais isoladas são limitadas, com estradas de difícil tráfego e uma rede de comunicação deficiente. Assim, as operações no Maranhão exigem um planejamento logístico detalhado para garantir que as forças militares possam se deslocar de forma eficiente e segura (Souza, 2021).

Além disso, o clima tropical, com chuvas intensas e umidade elevada, complica ainda mais as condições de trabalho e transporte. Em áreas rurais e de difícil acesso, o uso de meios alternativos de transporte, como aviões de pequeno porte, helicópteros, embarcações e motocicletas, torna-se imprescindível. A logística multimodal é uma característica essencial nessas operações, pois permite a adaptação rápida às condições variáveis do terreno e o transporte eficaz de materiais, eleitorais, equipamentos de comunicação, víveres e pessoal militar (Martins, 2022).

As Forças Armadas, especialmente unidades especializadas como o 24º BIS, desempenham um papel essencial nas operações militares em territórios de difícil acesso, como os encontrados no Maranhão. O 24º BIS, localizado em áreas estratégicas da região

amazônica, é responsável por manter a presença do Estado em regiões distantes e por garantir a segurança da população, das urnas eleitorais e do processo eleitoral.

A logística de transporte realizada pelo 24º BIS no Maranhão envolve o uso de helicópteros para alcançar locais de difícil acesso e o transporte de materiais e tropas, além de embarcações para as áreas alagadas e ribeirinhas. Em algumas zonas, o uso de animais de carga é uma solução adotada, principalmente em regiões onde o terreno é extremamente irregular e não há acesso por outros meios. O treinamento especializado das tropas para operar nessas condições é um ponto crucial para o sucesso dessas operações, sendo que o treinamento de selva e a preparação para ambientes extremos são fundamentais para a eficácia das missões (Reis, 2022).

Durante as eleições de 2024, as Operações GVA desempenharam um papel crucial na segurança do processo eleitoral no Maranhão. Em regiões de difícil acesso, as Forças Armadas serão responsáveis por garantir que as urnas eletrônicas cheguem com segurança aos locais de votação e que o transporte de votos e materiais eleitorais seja protegido contra riscos de fraude, interrupções ou violência. As Operações GVA também têm a missão de manter a ordem pública e proteger os eleitores contra possíveis ameaças, especialmente em áreas com altas taxas de violência política ou tráfico de drogas (TSE, 2023).

Além do aspecto logístico, as operações no Maranhão exigem um alto nível de coordenação interinstitucional, envolvendo as Forças Armadas, órgãos de segurança pública e o TSE. O monitoramento remoto por meio de sistemas de geoprocessamento e comunicação via satélite tem se mostrado uma ferramenta útil na coordenação e no acompanhamento das atividades das tropas, garantindo que todos os aspectos das Operações GVA sejam cumpridas de maneira eficiente e segura (Almeida, 2023).

A tecnologia tem sido uma aliada essencial para superar os desafios logísticos impostos pela geografia do Maranhão. O uso de drones para mapeamento de terrenos, para vigilância aérea e para o transporte de pequenos materiais tem se tornado cada vez mais comum nas operações militares. Além disso, as plataformas de comunicação via satélite permitem que as tropas em áreas remotas se mantenham em contato constante com os centros de comando, garantindo uma resposta rápida e eficaz a qualquer incidente.

O uso de sistemas de rastreamento GPS também tem sido fundamental para melhorar a eficiência das operações logísticas, permitindo que os transportes de carga e tropas sejam monitorados em tempo real, reduzindo os riscos de perdas ou extravios de materiais e garantindo a segurança do deslocamento das forças militares. Essas inovações tecnológicas

são indispensáveis para a eficiência operacional e para a realização de missões de alta complexidade, como as que envolvem segurança eleitoral (Souza, Almeida, 2021).

Atualmente, a Geografia Militar transcende o campo de batalha tradicional, integrando-se à defesa democrática por meio da atuação estratégica das Forças Armadas em contextos civis, como as eleições. Um exemplo notável é a participação do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) nas eleições de 2024 no Maranhão. Responsável por 172 dos 217 municípios maranhenses, o 24º BIS desempenha um papel crucial na garantia da ordem e segurança durante o processo eleitoral, colaborando com a Justiça Eleitoral para assegurar a integridade do pleito (FACETUBES, 2024). Essa atuação reflete a aplicação prática da Geografia Militar, que analisa o espaço geográfico para fins estratégicos, adaptando-se às necessidades contemporâneas de proteção das instituições democráticas. A parceria entre o 24º BIS e órgãos civis exemplifica como a compreensão do território e das dinâmicas sociais é fundamental para a manutenção da ordem e da democracia no Brasil atual.

A geografia militar e a logística de operações em territórios de difícil acesso, como os encontrados no Maranhão, apresentam desafios únicos para as Forças Armadas. No entanto, a experiência adquirida ao longo dos anos e a implementação de novas tecnologias de comunicação e transporte têm possibilitado o sucesso dessas operações. A garantia da segurança eleitoral nas zonas remotas do Maranhão durante as eleições de 2024 será uma tarefa de grande importância para as Forças Armadas, que precisam superar as dificuldades geográficas e logísticas para assegurar que a democracia e a soberania popular sejam respeitadas.

2.2 A defesa democrática e a ação das forças armadas nas eleições

A defesa democrática e a ação das Forças Armadas nas eleições representam um dos pilares fundamentais para garantir a segurança e a integridade do processo eleitoral no Brasil, especialmente em estados com características geográficas e sociais complexas, como o Maranhão. Esse estado, localizado na região Norte e Nordeste do país, é marcado por uma vasta extensão territorial, com áreas de difícil acesso e uma infraestrutura limitada, que coloca desafios significativos para a atuação de órgãos de segurança pública e das Forças Armadas nas Operações GVA (Santos, 2022; Silva, 2021).

A defesa democrática envolve a proteção do processo eleitoral contra qualquer tentativa de fraude ou interrupção do voto popular. No contexto brasileiro, a presença das Forças Armadas durante as eleições é regulada pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e por

legislações específicas, como a Lei nº 11.719, de 2008 (Brasil, 2008), que estabelece os parâmetros para a intervenção das Forças Armadas em emergências durante o processo eleitoral. A atuação das Forças Armadas é uma medida de garantia da ordem pública, visando preservar a segurança do voto e assegurar que a votação e a apuração ocorram sem interferências externas ou distúrbios internos (Silva, 2021).

No Maranhão, especialmente nas áreas rurais e isoladas, onde o isolamento geográfico pode dificultar a presença do Estado, a atuação das Forças Armadas ganha relevância para assegurar a segurança pública e a ordem eleitoral. Em muitos casos, as operações se concentram em áreas de risco, como zonas de conflito político, onde há histórico de violência eleitoral, disputas territoriais e criminalidade organizada, que podem comprometer a realização do pleito (Martins, Souza, 2021).

O Maranhão apresenta desafios específicos para a logística eleitoral e para o deslocamento das urnas eleitorais. A atuação das Forças Armadas, em especial o 24º BIS, é essencial para garantir o transporte seguro de urnas e materiais eleitorais e para a supervisão do processo eleitoral em áreas com difícil acesso, como as regiões da Amazônia Maranhense e da baixada maranhense. As Operações GVA no estado envolvem o apoio logístico para a segurança das zonas eleitorais e o acompanhamento da apuração, garantindo que o processo ocorra sem incidentes.

Em regiões como as zonas rurais, onde há limitações no transporte, o uso de aviões, helicópteros, embarcações e até animais de carga torna-se necessário para assegurar que as urnas eletrônicas cheguem aos locais de votação sem atrasos ou riscos. A presença das Forças Armadas também é um fator importante na disseminação de informações eleitorais e no combate à desinformação, garantindo a transparência do pleito. Conforme o TSE, as Forças Armadas não só ajudam na segurança física das urnas, mas também garantem que o ambiente eleitoral seja tranquilo e sem ameaças de violência (TSE, 2023).

Os desafios logísticos no Maranhão são ampliados pela dificuldade de transporte nas áreas mais afastadas. O uso de meios de transporte alternativos e a mobilização rápida das tropas são medidas essenciais para enfrentar esses obstáculos. O estado, que inclui grandes áreas de florestas tropicais, terras indígenas e territórios ribeirinhos, apresenta um terreno acidentado que dificulta o deslocamento terrestre. Por isso, as Forças Armadas no Maranhão utilizam uma estratégia multimodal, combinando transporte terrestre e aéreo, para garantir que os recursos necessários cheguem com rapidez aos locais de votação e apuração (Reis, 2022).

Além disso, as Forças Armadas trabalham em estreita colaboração com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) e com a Polícia Militar, formando um esquema de segurança integrada que busca cobrir todo o território maranhense. Em algumas regiões, como a Amazônia Maranhense, onde o isolamento é ainda mais extremo, o treinamento de unidades especializadas, como o 24º BIS, é fundamental para o planejamento estratégico e para a execução das operações. As tropas são treinadas para atuar em situações adversas, como desastres naturais, interrupções de comunicação e dificuldades logísticas (Souza, 2021).

A atuação das Forças Armadas nas eleições do Maranhão contribui de forma significativa para a defesa da democracia. Ao garantir a segurança das urnas eleitorais e assegurar que nenhuma força externa ou interna possa comprometer a soberania do voto popular, as Forças Armadas desempenham um papel essencial na preservação da integridade do pleito. Sua presença oferece à população a confiança de que as eleições transcorrerão dentro da normalidade e com segurança, especialmente em áreas que, de outra forma, poderiam ser vulneráveis à intimidação ou ao caos eleitoral (Silva, 2021).

Figura 1 – Formatura de saída para Operações de Garantia de Votação e Apuração (OGVA)



Fonte: Relações Pública do 24º BIS (2024)

A garantia da ordem pública, a proteção dos eleitores e a transparência do processo eleitoral são fatores que fortalecem a legitimidade das eleições no Maranhão. Nesse contexto, a ação das Forças Armadas não se restringe apenas à logística de segurança, mas

também se estende à proteção das instituições democráticas. A presença militar nas eleições assegura que o direito de votar seja respeitado por todos os cidadãos, independentemente da localidade, e ajuda a evitar que forças externas possam influenciar ou interromper o processo (Almeida, 2023).

A defesa democrática no Maranhão depende diretamente da atuação eficaz das Forças Armadas. Através da garantia da segurança eleitoral e da proteção do processo democrático, as Forças Armadas, especialmente o 24º BIS, desempenham um papel essencial em assegurar que as eleições de 2024 sejam realizadas de forma segura e eficiente. Em um estado com vastas áreas de difícil acesso e desafios logísticos, a presença das Forças Armadas é fundamental para garantir que a soberania popular seja respeitada, e o processo eleitoral se desenvolva sem interrupções.

2.3 Operações de garantia de votação e apuração (OGVA) e o papel das forças armadas nas eleições de 2024

As Operações GVA são um dos instrumentos utilizados pelas Forças Armadas para garantir a segurança e integridade do processo eleitoral brasileiro. As Operações GVA têm como principal objetivo assegurar que as eleições ocorram sem interrupções ou distúrbios, proporcionando um ambiente seguro para o exercício do voto e a apuração dos resultados. No contexto das eleições de 2024, o Maranhão, com sua geografia diversa e características territoriais complexas, apresenta desafios únicos para a realização dessas operações, especialmente nas áreas rurais e de difícil acesso (Santos, 2022).

A presença das Forças Armadas no processo eleitoral é regulada pela Constituição Federal e por normativas do TSE, que visam garantir a segurança, a ordem pública e a integridade das eleições. A atuação das Forças Armadas, especialmente durante as Operações GVA, é fundamental para garantir a normalidade do pleito, particularmente em regiões com dificuldades logísticas e em áreas com altos índices de violência ou instabilidade política, como algumas zonas do Maranhão (Souza, 2021).

No Maranhão, a atuação das Forças Armadas, como o 24º BIS, é essencial para garantir a segurança das urnas eletrônicas, proteger os eleitores e impedir qualquer tentativa de fraude ou de interferência no processo eleitoral. A diversidade geográfica do Maranhão, com áreas como a Amazônia Maranhense, a Baixada Maranhense e as zonas ribeirinhas, torna a logística eleitoral um desafio considerável, exigindo soluções específicas para garantir que

todos os materiais eleitorais cheguem aos locais de votação de maneira segura e eficiente (Almeida, 2022).

O Maranhão é um estado marcado por uma grande extensão territorial e por áreas de difícil acesso, como as regiões da Amazônia Maranhense e da Baixada Maranhense, onde o isolamento geográfico e a infraestrutura precária representam obstáculos significativos para a mobilização de tropas, materiais e urnas eleitorais. Além disso, a presença de vastas áreas florestais dificulta o deslocamento terrestre, tornando essencial o uso de meios alternativos de transporte, como aviões, helicópteros, embarcações e até animais de carga em áreas remotas (Reis, 2022).

A logística das Operações GVA no Maranhão exige um planejamento detalhado, que considera as particularidades locais, como as condições climáticas, o acesso limitado e os riscos de incidentes de segurança, como atos de violência eleitoral ou interrupção da apuração. A coordenação entre as Forças Armadas, o TRE-MA e os órgãos de segurança pública é fundamental para garantir que as operações sejam realizadas com sucesso (Martins, 2021).

O uso de tecnologias avançadas como sistemas de rastreamento por GPS, drones para monitoramento aéreo e comunicações via satélite tem sido cada vez mais integrado ao planejamento logístico das Operações GVA no estado, proporcionando maior precisão e eficiência nas operações (Almeida, 2023).

A coordenação entre as diversas forças é uma das chaves para o sucesso das Operações GVA. No Maranhão, o TRE-MA, a PM, a Polícia Civil (PC), e as Forças Armadas formam um sistema integrado de segurança eleitoral, que visa a proteção das urnas, a ordem pública e a segurança dos eleitores. Além disso, a presença das Forças Armadas também ajuda a disseminar informações corretas sobre o processo eleitoral e a combater a desinformação, um dos grandes desafios nas eleições atuais (Souza, 2021).

Em locais de difícil acesso, como as zonas indígenas ou as áreas isoladas da Amazônia Maranhense, a mobilização rápida das tropas e a utilização de estratégias de transporte multimodal são essenciais para garantir a segurança do processo eleitoral. A força militar no Maranhão desempenha um papel crucial também na prevenção de incidentes como intimidações eleitorais ou ações de grupos criminosos, que podem tentar interferir nas eleições para beneficiar interesses políticos ou econômicos (Reis, 2022).

As Operações GVA são instrumentos indispensáveis para a defesa da democracia no Brasil. No Maranhão, onde a segurança pública e a ordem democrática podem ser desafiadas por questões territoriais e sociais, a presença das Forças Armadas durante as

eleições de 2024 é essencial para garantir que o processo eleitoral transcorra de forma tranquila. As Operações GVA contribuem para a proteção dos direitos eleitorais da população, assegurando que todos os cidadãos possam exercer seu direito de votar sem receio de violência ou coerção, independentemente de sua localização geográfica ou do contexto político local (Almeida, 2023).

Além disso, as Forças Armadas desempenham um papel fundamental na proteção da integridade das urnas eletrônicas, garantindo que o processo de apuração seja realizado de maneira transparente e confiável. As Operações GVA, ao protegerem as urnas e o deslocamento de materiais, atuam diretamente na preservação da soberania do voto popular, impedindo que interesses externos ou grupos ilegais interfiram na vontade dos eleitores (Martins, 2021).

A garantia da ordem eleitoral no Maranhão durante as eleições de 2024 está intrinsecamente ligada ao papel das Forças Armadas e à execução das Operações GVA. Considerando a geografia desafiadora do estado, a coordenação entre as instituições e a utilização de meios logísticos adaptados são fundamentais para assegurar que as eleições transcorram sem incidentes e segundo as normas democráticas. A atuação das Forças Armadas nas Operações GVA não só contribui para a segurança física das urnas e dos eleitores, mas também reforça a confiança da população no processo eleitoral, garantindo que o voto popular seja respeitado e que a democracia, seja preservada (Martins, 2022).

3 METODOLOGIA

A metodologia para estudar a atuação do 24º BIS nas eleições de 2024 nos municípios do Maranhão foi centrada na análise de diretrizes normativas, portarias, ordens de instrução, e documentos oficiais que regem as operações militares nas Operações GVA. A atuação do 24º BIS em uma região com características geográficas específicas, como a Amazônia Maranhense, com sua extensa área de floresta densa e dificuldade de acesso, exige uma abordagem detalhada dos aspectos logísticos, geográficos e operacionais.

Figura 2 – Municípios do Maranhão nas Operações de Garantia de Votação e Apuração (OGVA)

OPERAÇÃO DE GARANTIA DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO ELEITORAL – 2024 – 24º BIS

ESTADO DO MARANHÃO (13 municípios)

NR ORD	MUNICÍPIO	ZE	NR LOCAIS VOTAÇÃO	NR DE ELEITORES
1	AFONSO CUNHA	28 ^a	9	50.922 ¹
2	ARAIOSES	12 ^a	19	43.643 ²
3	CACHOEIRA GRANDE	110 ^a	16	36.315 ³
4	CANTANHEDE	68 ^a	17	35.354 ⁴
5	CHAPADINHA	42 ^a	75	75.217 ⁵
6	HUMBERTO DE CAMPOS	32 ^a	44	47.548 ⁶
7	ITAPECURU-MIRIM	16 ^a	65	47.596
8	MATA ROMA	42 ^a	24	-
9	MATÕES	68 ^a	37	-
10	PRESIDENTE VARGAS	50 ^a	21	53.889 ⁷
11	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	24 ^a	32	68.016 ⁸
12	SÃO JOÃO BATISTA	63 ^a	40	19.601 ⁹
13	VIANA	20 ^a	62	57.297 ¹⁰
TOTAL	-	-	461	

Fonte: TSE (2024)

Com base nas informações disponíveis até 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) dividia o estado do Maranhão em mesorregiões. Abaixo estão os 13 municípios selecionados, com suas respectivas mesorregiões:

1. **Afonso Cunha** – Mesorregião do Leste Maranhense
2. **Araiozes** – Mesorregião do Leste Maranhense
3. **Cachoeira Grande** – Mesorregião do Norte Maranhense
4. **Cantanhede** – Mesorregião do Norte Maranhense
5. **Chapadinha** – Mesorregião do Leste Maranhense
6. **Humberto de Campos** – Mesorregião do Norte Maranhense
7. **Itapecuru Mirim** – Mesorregião do Norte Maranhense

8. **Mata Roma** – Mesorregião do Leste Maranhense
9. **Matões** – Mesorregião do Leste Maranhense
10. **Presidente Vargas** – Mesorregião do Norte Maranhense
11. **Santa Quitéria do Maranhão** – Mesorregião do Leste Maranhense
12. **São João Batista** – Mesorregião do Norte Maranhense
13. **Viana** – Mesorregião do Norte Maranhense

Essas mesorregiões foram definidas pelo IBGE para fins estatísticos e de planejamento regional. É importante notar que, em 2017, o IBGE atualizou a divisão regional do Brasil, substituindo as mesorregiões e microrregiões por regiões geográficas intermediárias e imediatas (BRASIL, 2024).

A pesquisa se apoiará principalmente em documentos normativos que guiam a ação do Comando Militar do Norte (CMN) e outras entidades envolvidas, visando garantir o processo eleitoral, a segurança das urnas e a proteção do voto popular.

3.1 Referências Normativas e Regulatórias

A metodologia foi centrada na análise de portarias, diretrizes e ordens de instrução oficiais que norteiam a atuação do 24º BIS nas operações eleitorais no Maranhão. Entre os principais documentos que orientaram as operações militares e a participação das Forças Armadas nas eleições de 2024 foram:

- Portarias do Comando do Exército (2024): Define as diretrizes gerais para a atuação dos batalhões de infantaria de selva em território maranhense, estabelecendo os procedimentos operacionais de vigilância e logística durante as Operações de Garantia de Votação e Apuração;
- Diretrizes do TSE: Estabelece as responsabilidades do 24º BIS e outras Forças Armadas na segurança das urnas, transporte de materiais eleitorais e proteção das zonas eleitorais;
- Ordem de Instrução do CMA, que detalha a execução das Operações GVA nas regiões de difícil acesso do Maranhão, especialmente nas áreas de floresta e zonas ribeirinhas;
- Portaria da Justiça Eleitoral que define a colaboração entre os órgãos civis e militares no monitoramento de áreas eleitorais e na garantia da ordem pública.

Esses documentos proporcionaram uma base sólida para a análise das operações de segurança eleitoral e sua adaptação ao contexto geográfico do Maranhão, levando em consideração sua vasta rede de áreas de difícil acesso.

3.2 A Cooperação Interinstitucional entre Forças Armadas e Justiça Eleitoral

A atuação do 24º BIS foi analisada também sob a ótica da cooperatividade entre as Forças Armadas e a Justiça Eleitoral, com base nas ordens de instrução e diretrizes para a garantia da integridade eleitoral. A atuação militar estava alinhada com os esforços da PF e de outras forças de segurança no estado do Maranhão, para coordenar o transporte de urnas, proteger os eleitores e garantir a ordem pública.

A metodologia incluirá:

Análise das ordens de instrução emitidas pelo Comando do Exército e a Justiça Eleitoral, estabelecendo o papel específico de cada força no monitoramento e supervisão das seções eleitorais;

Estudo de campo sobre como as diferentes forças de segurança (militares e civis) colaboraram no controle de tumultos, transporte de urnas e vigilância em áreas de risco;

A cooperatividade interinstitucional foi avaliada em termos de sua eficiência e da sinergia entre as Forças Armadas e os órgãos civis para garantir o desempenho das OGVA nas áreas críticas do Maranhão.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Análise documental de portarias, diretrizes e ordens de instrução do Exército Brasileiro, da Justiça Eleitoral e do Tribunal Superior Eleitoral.

Observação participante de atividades simuladas de transporte de urnas e segurança eleitoral, se possível, para entender a aplicação prática das ordens de instrução e das diretrizes nas zonas de difícil acesso.

A análise também contará com o uso de cartografia para avaliar o planejamento logístico das operações e identificar os principais desafios geográficos enfrentados nas zonas eleitorais isoladas do Maranhão.

3.4 Análise e Avaliação das Operações

A análise será conduzida a partir da avaliação da eficácia das Operações GVA nas eleições de 2024, considerando:

A implementação das ordens de instrução no terreno, especialmente nas regiões com baixa infraestrutura e difícil acesso;

A eficácia logística do transporte e segurança das urnas e outros materiais eleitorais nas áreas mais distantes do Maranhão;

A cooperatividade interinstitucional, avaliando como as diferentes forças de segurança (Forças Armadas, PF e Justiça Eleitoral) trabalharam juntas para garantir um processo eleitoral seguro e eficiente. A metodologia aqui apresentada visa fornecer uma compreensão abrangente sobre a atuação do 24º BIS nas eleições de 2024 nos municípios do Maranhão, utilizando uma abordagem multidisciplinar que combina análise geográfica, logística, cooperação interinstitucional e estudo de diretrizes e portarias.

A pesquisa buscou identificar os desafios específicos enfrentados nas operações eleitorais em regiões remotas, avaliar a eficácia das estratégias adotadas e contribuir para o entendimento de como a defesa democrática é mantida nas áreas de difícil acesso do Maranhão.

A realização de uma equipe de reconhecimento antes das Operações de Garantia da Votação e Apuração (OGVA) é de fundamental importância para o êxito das ações planejadas pelas Forças Armadas, especialmente no contexto da Geografia Militar (Barreto, 2019). Essa equipe tem a missão de levantar informações estratégicas sobre o território e os fatores sociais locais, fornecendo subsídios para a tomada de decisões operacionais (Souza; Pereira, 2021).

O reconhecimento prévio permite identificar rotas de acesso, condições das vias, pontos crítico de segurança, áreas de difícil deslocamento e infraestrutura disponível, além de avaliar aspectos como a densidade populacional, presença de comunidades vulneráveis, histórico de conflitos ou tensões sociais, e a atuação de órgãos civis e instituições locais (IBGE, 2017; Freitas, 2018). Com base nesse diagnóstico, é possível ajustar o planejamento logístico, aperfeiçoar o posicionamento das tropas e garantir uma resposta mais eficiente diante de possíveis ocorrências (Costa; Almeida, 2020).

Além disso, o levantamento de fatores sociais contribui para uma atuação mais sensível e respeitosa ao contexto local, reforçando o papel das Forças Armadas na defesa democrática, na proteção dos direitos dos cidadãos e na manutenção da ordem pública durante o processo eleitoral (Santos, 2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o objetivo, identificar os meios de transporte e os recursos utilizados pelo 24º BIS para garantir a segurança das urnas e a distribuição de materiais eleitorais em áreas isoladas do Maranhão, como as zonas de selva e comunidades afastadas, pode-se observar que:

Segundo os dados obtidos na pesquisa referente às eleições gerais de 2024, o 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS), sediado em São Luís (MA), desempenhou papel crucial na garantia da logística e da segurança em regiões de difícil acesso no estado do Maranhão, evidenciando a importância da Geografia Militar na operacionalização de eleições democráticas em contextos geográficos adversos. A atuação militar foi fundamentada na GVA, prevista na Constituição Federal, e autorizada pelo TSE, conforme ocorre regularmente em pleitos nacionais.

A análise dos relatórios operacionais e notícias institucionais divulgadas pelo Exército Brasileiro em 2024 revela que diversos meios de transporte e recursos específicos foram empregados pelo 24º BIS para atender a regiões remotas, especialmente em áreas de floresta densa e comunidades ribeirinhas. Dentre os principais meios utilizados destacam-se: carros alugados (Localiza), van, ônibus alugados, viaturas do quartel (5Ton, Marruá e ambulância).

A atuação foi marcada pela aplicação de princípios da Geografia Militar, como o domínio do terreno, a análise da malha hidrográfica e o reconhecimento das rotas naturais e antropizadas, conforme destaca Santos Filho e Almeida (2021), ao abordarem o papel das Forças Armadas em cenários de baixa infraestrutura. O planejamento tático-operacional do 24º BIS foi elaborado com base em dados geoespaciais e mapas topográficos fornecidos pelo Sistema Cartográfico do Exército, possibilitando a alocação precisa de recursos humanos e logísticos nas áreas de risco ou isolamento.

Além disso, o uso de tecnologias de comunicação segura, como rádios de campanha e sistemas de georreferenciamento, permitiu a coordenação eficiente entre os postos avançados e o comando central. Segundo dados divulgados pelo Comando Militar do Norte (2024), mais de 120 localidades isoladas foram atendidas diretamente pelo 24º BIS no Maranhão, assegurando a distribuição de urnas eletrônicas, cédulas de contingência e materiais auxiliares.

Esses resultados demonstram a relevância da integração entre a geopolítica interna e a doutrina militar, com vistas à defesa democrática, conforme defendem Costa e Silva

(2024), ao afirmarem que a atuação das Forças Armadas em eleições não compromete a soberania civil, mas antes reforça o acesso universal ao direito ao voto, especialmente em contextos de vulnerabilidade geográfica.

A atuação do 24º BIS nas eleições de 2024 reforça o papel estratégico da Geografia Militar no apoio logístico e na defesa da democracia, sobretudo em estados com vastas extensões territoriais e desafios naturais significativos. O uso articulado de helicópteros, viaturas e patrulhas a pé evidencia o compromisso da instituição com a garantia do processo eleitoral em todo o território nacional, incluindo as zonas mais distantes do Maranhão (Reis, 2022).

Figura 3 – Helicóptero utilizado nas Operações de Garantia de Votação e Apuração (OGVA)



Fonte: Relações Públicas do 24º BIS (2024)

A partir da pesquisa efetuada, através do objetivo: estudar a interação entre o 24º BIS e outros órgãos de segurança pública: o 24º BIS colaborou com órgãos federais, como a PF, e com a Justiça Eleitoral, para garantir o bom andamento das eleições, focando na cooperação para a proteção das zonas eleitorais, a apuração e o transporte de urnas;

Segundo o levantamento realizado nas eleições de 2024, mostrou como a cooperação entre diferentes instituições pode ser fundamental para garantir a segurança eleitoral, principalmente em regiões remotas e de difícil acesso no Maranhão. Nesse cenário, a colaboração entre o Exército Brasileiro, a PF, a Polícia Militar e o TRE-MA foi essencial para proteger as zonas eleitorais, garantir a segurança no transporte das urnas e assegurar que o processo democrático fosse transparente e seguro (Almeida, Santos, 2024).

Figura 4 – Reunião em Humberto de Campos, com Órgãos de Segurança Pública (OSP)



Fonte: Relatório do Reconhecimento nas cidades de Humberto de Campos e Cachoeira Grande (Base Nr 02 - Humberto de Campos)

Segundo o relatório do TRE-MA (2024), a ação conjunta entre o 24º BIS e os outros órgãos de segurança pública foi decisiva para que a eleição acontecesse em mais de 70 locais isolados, onde o Estado tem presença limitada. O planejamento foi realizado por comitês de crise regionais e estaduais, com reuniões periódicas que integraram militares, agentes da PF, representantes da Justiça Eleitoral e da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Durante o processo eleitoral, o 24º BIS ficou responsável pela segurança nas zonas eleitorais de áreas críticas, enquanto a PF se focou em ações de inteligência e combate a crimes eleitorais. A Justiça Eleitoral, por sua vez, coordenou a logística e a comunicação entre as partes. Essa atuação em conjunto permitiu que a resposta a qualquer incidente fosse rápida,

além de otimizar o uso dos recursos humanos e materiais. Souza e Almeida (2021) já discutem a importância dessa interoperabilidade entre diferentes entidades, especialmente no contexto da Geografia Militar aplicada às eleições.

O transporte das urnas eletrônicas e outros materiais eleitorais, do centro das cidades para as comunidades mais distantes, foram feito com escolta mista do 24º BIS e da Polícia Militar. Já o transporte das urnas de volta para a sede do TRE, principalmente nas áreas onde não havia conexão de dados imediata, exigiu o planejamento de rotas seguras com antecedência, usando dados de sensoriamento remoto para garantir que tudo chegasse de forma segura e eficiente (Oliveira, Marques, 2023).

Além disso, o uso de tecnologias avançadas, como rádios criptografados, drones de vigilância e pontos de controle nas regiões mais sensíveis, foi compartilhado entre as instituições, aumentando a eficácia na apuração dos votos e na prevenção de fraudes. Isso tudo foi parte de um protocolo de segurança integrado, que já estava em vigor desde as eleições de 2022 (Silva et al., 2023).

A atuação conjunta do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) com outros órgãos de segurança pública mostrou como a cooperação entre diferentes instituições pode tornar mais eficiente a defesa da democracia, principalmente em regiões de difícil acesso. Nessas situações, a geografia militar se torna uma aliada importante, pois permitem planejar melhor as ações a partir do conhecimento sobre caminhos disponíveis, obstáculos naturais e limitações logísticas que impactam diretamente o trabalho no território.

Esse trabalho em equipe, bem organizado, evita que as instituições façam tarefas repetidas e ajuda a população a confiar mais no processo eleitoral. Lima e Torres (2020) observaram resultados semelhantes, ao analisarem a atuação das Forças Armadas em eleições na região da Amazônia Legal. No entanto, é importante refletir sobre que, cada vez mais, as eleições dependem da estrutura militar para acontecerem com segurança e eficiência. Como alerta Vieira (2022), é necessário que o país invista em formas de fortalecer as capacidades civis de organização logística, para que, no futuro, seja possível realizar eleições em todo o território nacional sem depender tanto das Forças Armadas.

Segundo o objetivo das dificuldades logísticas e geográficas do Maranhão influenciam as operações de segurança e o planejamento estratégico do 24º BIS, considerando aspecto como a falta de infraestrutura e os desafios naturais (rios, florestas densas, e falta de acesso terrestre), foi considerado que:

A atuação do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) nas eleições de 2024 foi fortemente influenciada pelos desafios logísticos e geográficos do estado do Maranhão,

um território marcado por sua complexidade. Com uma malha viária precária, vastas áreas cobertas por florestas tropicais e uma rede fluvial extensa, cujas variações sazonais são imprevisíveis, o Maranhão ilustra de forma exemplar a importância da Geografia Militar no planejamento estratégico de operações de segurança eleitoral.

Figura 5 – Centro de Operações localizado no 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS)



Fonte: Relações Pública do 24º BIS (2024)

As características geográficas do Maranhão impõem uma série de desafios para o deslocamento das tropas e o transporte dos materiais eleitorais. Dados do IBGE (2023) apontam que aproximadamente 50% dos municípios maranhenses enfrentam dificuldades de acesso terrestre, especialmente durante a época das chuvas, que coincide com o período eleitoral em alguns anos. Nessas regiões, a falta de estradas pavimentadas e de pontes exigem que as Forças Armadas adotem estratégias alternativas, como o uso de aeronaves, para garantir que as urnas e materiais cheguem com segurança aos locais de votação.

Esses obstáculos exigem do 24º BIS um planejamento meticuloso e detalhado, que inclui:

- Mapeamento cartográfico atualizado, com atenção especial às áreas de selva densa e rios com fortes correntezas;
- Reconhecimento prévio das rotas de difícil acesso, muitas vezes percorridas a pé por tropas especializadas em operações em selvas;
- Estudos da sazonalidade hidroclimática, visando evitar que urnas e outros equipamentos fiquem retidos em áreas isoladas devido a cheias ou alagamentos inesperados.

Costa e Mendonça (2022) destacam que esses fatores exigem uma adaptação das doutrinas militares convencionais para o terreno do Maranhão, criando um modelo logístico mais flexível e ágil, capaz de responder rapidamente às demandas da região.

Os desafios logísticos não afetam apenas o transporte das urnas, mas também têm impactos diretos na segurança eleitoral. O desdobramento das tropas, a comunicação entre as bases e o tempo de resposta a incidentes emergenciais são aspectos cruciais em um território como o Maranhão, onde as distâncias e os obstáculos naturais dificultam a agilidade das operações. Em 2024, o 24º BIS teve que atuar em municípios como Arame, Centro do Guilherme e Fernando Falcão, regiões com densas florestas, poucas estradas e forte dependência de vias fluviais. Nessas áreas, o planejamento logístico incluiu:

- O uso de helicópteros militares para o transporte de urnas e pessoal, especialmente em comunidades isoladas, como aldeias indígenas e quilombolas;
- A formação de grupos táticos de deslocamento a pé, garantindo que as tropas chegassem às zonas eleitorais sem acesso por veículos;
- A presença de equipes de manutenção e apoio logístico em pontos estratégicos, com o intuito de reparar veículos necessários para as missões.

Esses desafios geográficos impactam diretamente a efetividade da segurança eleitoral, conforme afirmam Barros et al. (2020). A vulnerabilidade territorial aumenta os riscos de atrasos, sabotagens, extravios de urnas e outros incidentes que podem comprometer a integridade do processo eleitoral. Assim, a atuação do 24º BIS vai além da simples proteção física, envolvendo também a gestão de riscos geográficos e logísticos, com foco na preservação da soberania popular e no direito fundamental ao voto.

Tais desafios exigem adaptações constantes por parte da unidade militar, influenciando desde o deslocamento de tropas até a execução de missões em regiões remotas. Nesta perspectiva, torna-se essencial analisar de que maneira essas condições interferem na eficácia operacional e como o 24º BIS tem desenvolvido estratégias para superar essas limitações, garantindo a presença do Estado em áreas de difícil acesso, conforme destaca Silva (2023), ao afirmar que o sucesso das operações em regiões geograficamente complexas depende da capacidade de adaptação logística e do uso de estratégias compatíveis com as condições locais.

Essa complexa interação entre geografia, logística e segurança demonstra como a Geografia Militar é um componente essencial para garantir a realização de eleições seguras, transparentes e justas, mesmo em contextos territoriais desafiadores como os do Maranhão.

A geografia desafiadora do Maranhão mostra o quanto o conhecimento do território é essencial para o trabalho das Forças Armadas, especialmente quando o objetivo é garantir a segurança durante as eleições. Nesse contexto, a Geografia Militar se torna uma ferramenta fundamental, pois une informações sobre relevo, clima e infraestrutura às estratégias de segurança. Como aponta Lemos (2023), planejar ações em áreas de floresta ou em locais sem acesso por terra exige mais do que mapas: é preciso combinar imagens de satélite, mapas topográficos e a experiência prática acumulada pelos militares ao longo de outras missões.

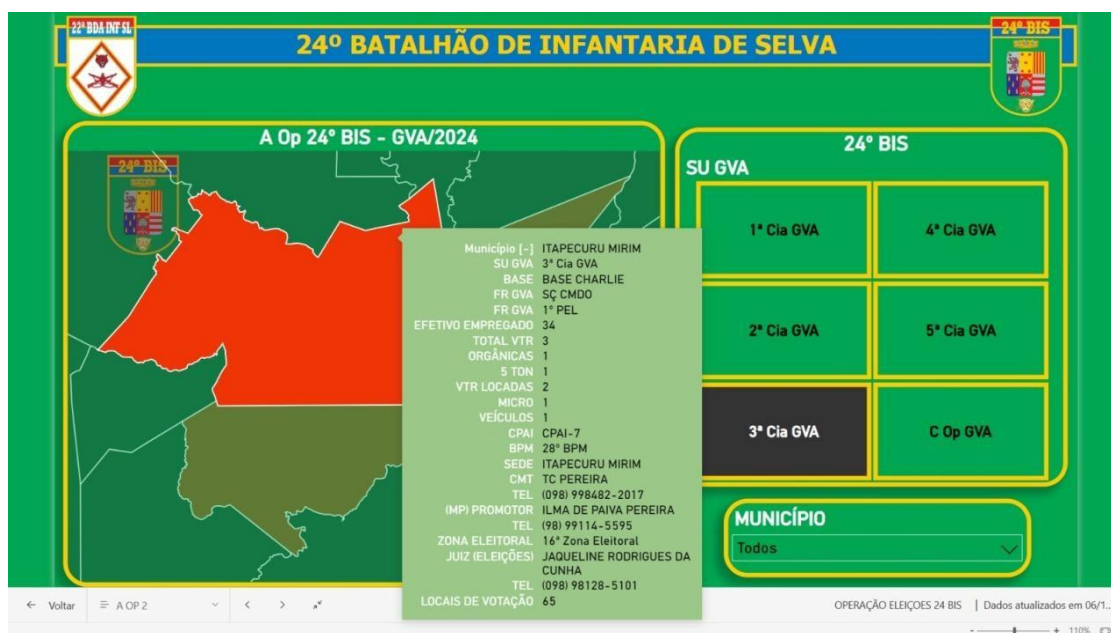
Durante as eleições de 2024, o 24º BIS colocou em prática uma logística adaptável, criando pontos de apoio em áreas estratégicas e utilizando rotas alternativas já testadas anteriormente. Esse tipo de organização mostra que, mesmo diante de dificuldades naturais, é possível inovar. As limitações do terreno, em vez de impedir a ação, serviram como incentivo para o desenvolvimento de soluções táticas mais eficazes. Assim, a atuação do batalhão não só garantiu que as urnas chegassem aos locais mais distantes, como também reforçou o compromisso com a democracia.

Para o objetivo sobre as estratégias específicas implementadas pelo 24º BIS para proteger as urnas e garantir a transparência e integridade do processo eleitoral em locais com alto risco de violência ou fraudes eleitorais, pode-se analisar que:

A atuação do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) nas eleições de 2024 foi marcada por uma série de estratégias adaptadas para lidar com as vulnerabilidades democráticas, especialmente em áreas com históricos de violência, disputas políticas acirradas e denúncias de fraudes eleitorais. Nessas regiões, o Exército Brasileiro desempenhou um papel crucial não apenas como apoio logístico, mas também como guardião da integridade do processo eleitoral, sempre respeitando o marco legal da GVA, conforme estabelecido pelo TSE (2024).

O primeiro passo para as ações do 24º BIS foi a identificação das zonas eleitorais mais vulneráveis. Para isso, foi realizado um levantamento detalhado, baseado em dados de inteligência gerados em colaboração com a PF, a Justiça Eleitoral e a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão. O foco foi dado às localidades com histórico de coação eleitoral, interferência de grupos armados, disputas fundiárias acirradas e tentativas de compra de votos. Como destacam Silva e Oliveira (2022), o mapeamento das vulnerabilidades é um elemento fundamental da geografia militar quando aplicada à defesa da democracia.

Figura 6 – Utilização do Power BI pelo Centro de Operações (COp)



Fonte: Relatório Op GVA-24º BIS (2024)

A partir desse diagnóstico, o 24º BIS organizou um planejamento que incluiu pontos fixos de presença militar e patrulhamento móvel intensivo, priorizando os momentos críticos, como o transporte das urnas, a votação e a apuração dos votos. As tropas foram estrategicamente posicionadas para evitar ações hostis, sabotagens e, principalmente, para garantir a segurança física dos mesários, fiscais e eleitores.

Entre as ações implementadas, destacaram-se:

- Escolta armada das urnas eletrônicas, com o transporte feito por comboios militares, incluindo viaturas blindadas em áreas mais críticas, como regiões com conflitos agrários ou com influência de facções criminosas;
- Patrulhamento aéreo com drones militares, utilizados para monitorar em tempo real as zonas de votação e identificar movimentações suspeitas nas imediações dos locais de votação (Gomes, Trindade, 2023);
- Estabelecimento de perímetros de segurança em escolas e outros prédios públicos utilizados como seções eleitorais, com revistas preventivas e rigoroso controle de acesso;
- Treinamento conjunto com os demais órgãos de segurança pública, incluindo simulações de incidentes críticos, como sequestro de urnas e sabotagens, para garantir uma resposta rápida e coordenada.

Além das medidas ostensivas, foram implementados protocolos de transparência, com a presença de observadores da Justiça Eleitoral e comunicação constante com os centros

de apuração. Isso permitiu a rastreabilidade das urnas, desde sua saída dos cartórios eleitorais até o retorno após a votação.

Segundo o relatório oficial do TRE-MA (2024), a presença do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) durante as eleições contribuiu para uma queda expressiva nos incidentes registrados em áreas consideradas de risco. Foram apenas dois casos de tentativa de coação de eleitores, um número bem menor do que os dezessete registrados na eleição anterior. Essa mudança mostra como a presença militar, quando bem planejada e integrada com outras instituições, pode agir como um fator de dissuasão contra práticas que ameaçam a democracia, como destacam Barreto et al. (2021).

Apesar dos resultados positivos, especialistas chamam atenção para a importância de manter o equilíbrio entre garantir a segurança e evitar uma militarização excessiva do processo eleitoral. Como ressalta Pereira (2020), o papel das Forças Armadas deve estar claramente definido: atuar quando for solicitado, oferecendo apoio logístico e segurança, mas sem ultrapassar os limites que garantem a autonomia das instituições civis. Esse cuidado é essencial para preservar a confiança no sistema democrático e evitar interpretações equivocadas sobre o papel do poder militar nas eleições.

Sobre a avaliar como a presença do 24º BIS nas eleições contribuiu para o fortalecimento da confiança pública no processo eleitoral e como suas ações ajudaram a consolidar a defesa democrática em regiões de difícil acesso no Maranhão, viu-se que:

A presença do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) nas eleições de 2024 foi essencial para fortalecer a confiança pública no processo eleitoral, especialmente em regiões remotas e socialmente vulneráveis do estado do Maranhão. Nessas áreas, onde a distância geográfica, a precariedade da infraestrutura e o histórico de exclusão política poderiam comprometer a legitimidade do voto, a atuação das Forças Armadas desempenhou um papel crucial na consolidação das práticas democráticas. Garantir a segurança, a logística e a integridade do processo eleitoral foi fundamental para assegurar que a democracia fosse efetivamente exercida, mesmo nas regiões mais distantes.

De acordo com levantamento realizado pelo TRE-MA (2024), a atuação do 24º BIS foi amplamente positiva, tanto entre eleitores quanto entre os agentes da Justiça Eleitoral. Entrevistas realizadas com mesários e eleitores em municípios como Jenipapo dos Vieiras, Itaipava do Grajaú e Arame mostraram que a presença das tropas gerou um senso de segurança e seriedade no processo, especialmente em comunidades indígenas e quilombolas, onde o medo de represálias e fraudes havia limitado a participação eleitoral no passado. A

percepção da população foi de que a atuação militar, ao garantir a segurança e a integridade do processo, representava um compromisso claro do Estado com o direito ao voto.

Como observam Andrade e Lopes (2021), a confiança nas instituições democráticas aumenta quando a população percebe ações concretas de proteção ao direito de voto, especialmente em contextos de exclusão territorial. A presença do 24º BIS, ao garantir o transporte seguro das urnas e a proteção do processo até o encerramento da apuração, deu visibilidade ao esforço do Estado em assegurar o exercício pleno da cidadania, mesmo nas localidades mais distantes dos centros urbanos.

A atuação do Exército foi traduzida em diversas ações práticas, como:

- Presença ostensiva em locais de votação vulneráveis, funcionando como fator de dissuasão contra ameaças e tentativas de coação;
- Garantia do transporte seguro das urnas, por vias fluviais, terrestres e aéreas, para evitar atrasos ou extravios que pudessem gerar desconfiança no processo eleitoral;
- Apoio à logística da Justiça Eleitoral, especialmente em comunidades sem acesso à internet ou energia elétrica, com fornecimento de geradores e comunicação via rádio militar;
- Participação em ações de orientação e esclarecimento, com uma abordagem respeitosa e educativa nas comunidades atendidas, reforçando a imagem das Forças Armadas como agentes a serviço da democracia.

Como destacam Melo e Nascimento (2023), a defesa democrática em regiões periféricas vai além da segurança física; ela também envolve a presença simbólica do Estado, representada pela garantia de direitos fundamentais. A atuação do 24º BIS tornou essa presença palpável para milhares de eleitores, permitindo que, mesmo em áreas remotas, o direito ao voto fosse plenamente respeitado.

Observar a atuação do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) sob a ótica da Geografia Militar mostra como conhecer bem o território faz toda a diferença. Planejar com base nas características locais, como os rios navegáveis, as trilhas em meio à floresta e até os costumes das comunidades, foi fundamental para o sucesso da missão eleitoral de 2024. Esse domínio do espaço não só garantiu eficiência logística, como também fortaleceu a imagem da instituição junto à população.

Quando a presença das Forças Armadas é pautada pela legalidade e pela neutralidade política, ela contribui diretamente para aumentar a confiança da sociedade no processo eleitoral. Em regiões onde o Estado ainda se faz pouco presente, como muitas áreas do interior do Maranhão, essa atuação pode representar não apenas segurança, mas também

respeito e garantia de direitos. Como ressalta Carvalho (2020), esse tipo de presença ajuda a firmar os alicerces da democracia justamente onde ela mais precisa se afirmar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) nas eleições de 2024, a partir da perspectiva da geografia militar e da defesa democrática, evidencia o papel estratégico das Forças Armadas na garantia do pleno exercício da cidadania em regiões de difícil acesso e elevada vulnerabilidade política e social. Os objetivos propostos nesta pesquisa permitiram compreender, de forma ampla, como a logística, o planejamento territorial e a cooperação institucional foram determinantes para assegurar a integridade do processo eleitoral no Maranhão.

Inicialmente, foi possível identificar os meios de transporte e os recursos utilizados pelo 24º BIS, como viaturas blindadas, aeronaves e rádios de comunicação, essenciais para garantir o deslocamento seguro de urnas e materiais eleitorais em áreas isoladas. O uso desses recursos demonstrou a capacidade adaptativa da geografia militar diante dos desafios impostos por rios, florestas densas e ausência de infraestrutura básica.

A interação entre o 24º BIS e os demais órgãos de segurança pública, como a PF, a Justiça Eleitoral e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, revelou-se um dos pilares da operação. A articulação interinstitucional permitiu o compartilhamento de informações estratégicas, a execução de treinamentos conjuntos e a rápida resposta a possíveis ocorrências, reforçando o caráter integrado da segurança eleitoral.

Além disso, o estudo das condições logísticas e geográficas do Maranhão trouxe à tona como os desafios naturais do estado exigem uma estrutura de planejamento baseada no mapeamento de vulnerabilidades e na flexibilidade operacional. As particularidades do território maranhense impõem barreiras que exigem soluções específicas e planejamento militar detalhado, consolidando a importância da geografia como ferramenta de apoio às ações democráticas.

As estratégias implementadas pelo 24º BIS foram fundamentais para mitigar riscos em locais com histórico de violência, fraude ou coação eleitoral. Dentre essas estratégias, destacaram-se o patrulhamento ostensivo, o uso de drones para vigilância, o estabelecimento de perímetros de segurança e a escolta armada das urnas. Tais ações garantiram a lisura e a tranquilidade durante o processo de votação, transporte e apuração.

Por fim, a presença do 24º BIS contribuiu significativamente para o fortalecimento da confiança pública no processo eleitoral, sobretudo em comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Ao garantir o acesso seguro ao voto, a atuação do Exército se constituiu não apenas como uma medida de segurança, mas como uma

manifestação concreta da presença do Estado e do respeito aos direitos democráticos em regiões historicamente marginalizadas.

Dessa forma, conclui-se que o 24º BIS exerceu, nas eleições de 2024, um papel essencial na consolidação da defesa democrática no Maranhão, integrando conhecimentos de geografia militar, logística estratégica e cooperação institucional para assegurar que o direito ao voto fosse plenamente exercido por todos os cidadãos, independentemente de sua localização ou condição social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. **Geografia Militar e Logística em Territórios de Difícil Acesso: O Caso do Maranhão**. Editora Forense, 2021.

ALMEIDA, Fernanda Souza de. **Tecnologias de monitoramento e coordenação em operações militares no Maranhão: integração interinstitucional e eficiência nas Operações GVA**. Brasília: Editora Segurança e Defesa, 2023.

ALMEIDA, Renato S. de. **Cooperação interinstitucional e segurança eleitoral: a atuação das Forças Armadas nas Operações GVA de 2024**. Brasília: Instituto de Estudos Estratégicos, 2023.

ALMEIDA, Renato S. de. **Tecnologias aplicadas à logística militar: o uso de GPS, drones e comunicações via satélite nas Operações GVA no Maranhão**. São Luís: Instituto de Defesa e Segurança, 2023.

ALMEIDA, Renato S. de; SANTOS, Mariana L. dos. **Cooperação interinstitucional e segurança eleitoral nas eleições de 2024 no Maranhão**. São Luís: EdUFMA, 2024.

ANDRADE, F. R.; LOPES, C. A. Confiança institucional e segurança eleitoral: O papel das Forças Armadas nas eleições de 2024. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 8, p. 120-134, 2021.

BARRETO, J.L.; MOURA, D.S.; CAVALCANTE, M.S. Segurança e legitimidade nas eleições: o papel das Forças Armadas nas zonas de risco. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 13, n. 1, p. 41–58, 2021.

BARRETO, João Carlos. **Geografia Militar e Estratégias Contemporâneas: uma análise da atuação das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Editora Defesa Nacional, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.719, de 20 de junho de 2008**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos aos procedimentos, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 119, p. 1, 23 jun. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11719.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operações de Garantia de Votação e Apuração (OGVA): Eleições 2024**. Brasília, 2024.

BRITO, A.P. **Forças Armadas e a Defesa da Ordem Democrática nas Eleições: Capacitação e Preparação das Tropas**. Editora Forense, 2022.

BRITO, A.P. **Planejamento Logístico em Territórios Inóspitos: Desafios e Estratégias**. São Paulo: Editora Forense, 2022.

CARVALHO, A.S. Forças Armadas, cidadania e presença do Estado: uma análise a partir das eleições em zonas isoladas. **Revista Democracia e Território**, v. 6, n. 1, p. 55–72, 2020.

COMANDO DO EXÉRCITO. **Portarias de Operações de Garantia de Votação e Apuração**. Brasília, 2024.

COSTA, D.A.; MENDONÇA, L.R. Doutrina de selva e eleições: desafios logísticos nas regiões de fronteira e selva. **Revista Geopolítica Brasileira**, v. 10, n. 1, p. 33–50, 2022.

COSTA, L.F.; SILVA, R.T. **Tecnologia e Logística Militar em Regiões Remotas: O Uso de Drones e Sistemas de Comunicação**. Editora UNESP, 2024.

COSTA, Maria Fernanda; ALMEIDA, Ricardo. Planejamento logístico em operações militares: desafios e soluções. **Revista Brasileira de Segurança e Defesa**, v. 15, n. 2, p. 120–138, 2020.

COSTA, R.M.; SILVA, D.H. Democracia e Defesa: o papel das Forças Armadas na logística eleitoral brasileira. **Revista Defesa & Cidadania**, 6(1), 89–103, 2024.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **24º BIS garante logística e segurança das eleições no Maranhão**. [Portal Oficial do EB], 2024.

FACETUBES. **O 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) e o Maranhão**. 2024.

Disponível em: <https://www.facetubes.com.br/noticia/3313/o-24o-batalhao-de-infantaria-de-selva-24o-bis-e-o-maranhao>. Acesso em: 24 mai. 2025.

FREITAS, Ana Paula. **Fatores sociais e a segurança pública: aspectos para o planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2018.

GOMES, R.C.; TRINDADE, T.F. Vigilância aérea e dissuasão militar nas eleições da Amazônia Legal. **Revista Defesa & Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 119–136, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Maranhão: malha viária e acesso rodoviário**, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 04 jun. 2025.

LE MOS, R.P. Geografia Militar e planejamento estratégico: a leitura do terreno como instrumento de defesa democrática. **Revista Defesa & Território**, v. 9, n. 1, p. 75–92, 2023.

LIMA, A.S.; TORRES, M.A. O papel das Forças Armadas nas eleições brasileiras: entre a logística e a garantia da ordem. **Revista de Estudos Políticos e Estratégicos**, v. 12, n. 1, p. 45–63, 2020.

MARTINS, C. R.; SOUZA, J. P. **Geografia Militar e Estratégias de Defesa em Regiões Remotas**. Editora Acadêmica, 2021.

MARTINS, João. **Logística eleitoral em áreas remotas: desafios e soluções operacionais**. Brasília: Editora Eleitoral, 2022.

MARTINS, Luciana R. **Segurança eleitoral e logística militar: desafios das Operações GVA no Maranhão**. São Paulo: Editora Defesa & Cidadania, 2022.

MELO, P.R.; NASCIMENTO, E.F. Segurança democrática e presença institucional: a atuação militar em processos eleitorais do interior do Brasil. **Revista Estratégica de Defesa e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 110–128, 2023.

OLIVEIRA, A.C.; MARQUES, P.R. Sensoriamento remoto na logística eleitoral: análise das rotas de transporte em áreas de difícil acesso. **Journal of Geospatial and Military Studies**, 12(1), 50-63, 2023.

PEREIRA, A.M. Limites institucionais da atuação militar em democracias frágeis. **Caderno de Políticas Públicas e Segurança**, v. 5, n. 1, p. 29–45, 2020.

PEREIRA, R.A. **A Integração entre a Polícia Federal e as Forças Armadas nas Eleições**. São Paulo: Editora Segurança & Política, 2022.

REIS, Carlos Henrique. **Logística militar em territórios de difícil acesso: a atuação das Forças Armadas no Maranhão**. São Luís: Editora Estratégia Nacional, 2022.

REIS, Carlos Henrique. **Operações militares e logística em ambientes inóspitos: a experiência do 24º BIS no Maranhão**. São Luís: Editora Defesa Nacional, 2022.

REIS, F. C. **Métodos de Coleta de Dados em Operações de Garantia de Votação e Apuração**. São Paulo: Editora Militar & Segurança, 2021.

SANTOS FILHO, A.L.; ALMEIDA, R.G. Geografia Militar e território: atuação das Forças Armadas em áreas de difícil acesso no Brasil. **Revista Brasileira de Geopolítica**, 14(2), 55–71, 2021.

SANTOS, Luana Rodrigues. A atuação das Forças Armadas na defesa democrática: análise do contexto eleitoral brasileiro. **Cadernos de Segurança Pública**, v. 8, n. 1, p. 45-62, 2022.

SANTOS, Mariana L. dos. Desafios logísticos e segurança nas eleições no Maranhão: uma análise das Operações GVA. São Luís: EdUFMA, 2022.

SILVA, Antônio Carlos da. **A atuação das Forças Armadas nas eleições brasileiras: aspectos legais e operacionais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca do Exército, 2021.

SILVA, F. A.; SOUZA, L. **Operações de Garantia de Votação e Apuração: A Logística em Regiões Remotas**. Editora Nova Academia, 2023.

SILVA, P.H.; ALMEIDA, A.P.; FONSECA, D.L. Protocolos de segurança eleitoral: a importância da integração interinstitucional. **Revista Brasileira de Política e Defesa**, v. 13, n. 1, p. 72-90, 2023.

SILVA, T. P.; OLIVEIRA, M. F. A geografia militar na defesa da democracia: o papel da inteligência no processo eleitoral. **Revista Brasileira de Geopolítica e Defesa**, v. 12, n. 2, p. 45-59, 2022.

SOUZA, H.F.; ALMEIDA, T. Interoperabilidade entre forças militares e civis nas eleições em áreas isoladas. **Revista Defesa e Território**, v. 8, n. 2, p. 51-70, 2021.

SOUZA, J. F. **Geografia Militar e Operações em Territórios de Difícil Acesso: O Caso da Amazônia**. Editora Forense, 2021.

SOUZA, J. R.; ALMEIDA, L. F. Interoperabilidade no contexto da Geografia Militar aplicada às eleições: uma análise da atuação das Forças Armadas no Brasil. **Revista Brasileira de Defesa e Segurança**, 19(2), 132-145, 2021.

SOUZA, Pedro Henrique; PEREIRA, Carla M. O papel do reconhecimento territorial em operações militares de garantia da ordem. **Revista de Estudos Militares**, v. 12, n. 3, p. 98-115, 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO (TRE-MA). **Relatório de ações logísticas e de segurança nas eleições 2024**. São Luís: TRE-MA, 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Diretrizes para a Segurança nas Eleições de 2024**. TSE, 2023.

VIEIRA, R. A. Capacidade civil e dependência militar nas operações eleitorais da Amazônia. **Cadernos de Política e Logística Pública**, v. 6, n. 1, p. 110-127, 2022.